



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Procuradoria
Área de Apoio Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O candidato poderá levar o Caderno de Questões somente após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início das provas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Participação

Num belo poema, intitulado "Traduzir-se", Ferreira Gullar aborda o tema de uma divisão muito presente em cada um de nós: a que ocorre entre o nosso mundo interior e a nossa atuação junto aos outros, nosso papel na ordem coletiva. A divisão não é simples: costuma-se ver como antagônicas essas duas "partes" de nós, nas quais nos dividimos. De fato, em quantos momentos da nossa vida precisamos escolher entre o atendimento de um interesse pessoal e o cumprimento de um dever ético? Como poeta e militante político, Ferreira Gullar deixou-se atrair tanto pela expressão das paixões mais íntimas quanto pela atuação de um convicto socialista. Em seu poema, o diálogo entre as duas partes é desenvolvido de modo a nos fazer pensar que são incompatíveis.

Mas no último momento do poema deparamo-nos com esta estrofe:

"Traduzir uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?"

O poeta levanta a possibilidade da "tradução" de uma parte na outra, ou seja, da interação de ambas, numa espécie de esphemamento. Isso ocorreria quando o indivíduo conciliasse verdadeiramente a instância pessoal e os interesses de uma comunidade; quando deixasse de haver contradição entre a razão particular e a coletiva. Pergunta-se o poeta se não seria arte esse tipo de integração. Realmente, com muita frequência a arte se mostra capaz de expressar tanto nossa subjetividade como nossa identidade social. Nesse sentido, traduzir uma parte na outra parte significaria vencer a parcialidade e chegar a uma autêntica participação, de sentido altamente político. O poema de Gullar deixa-nos essa hipótese provocadora, formulada com um ar de convicção.

(Belamino Tavares, inédito)

1. O tema central do texto está adequadamente identificado na seguinte formulação: cada um de nós costuma enfrentar, com frequência,
- (A) a tensão permanente entre os nossos desejos e os dos nossos desafetos.
 - (B) a contradição insolúvel entre o que queremos e o que podemos.
 - (C) o desafio de compatibilizarmos nossa subjetividade e nossa atuação social.
 - (D) a dúvida de que a arte possa proporcionar a paz que a política abomina.
 - (E) o contraste entre os valores que desprezamos e aqueles que idealizamos.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *divisão muito presente* refere-se, pontualmente, ao embate que a poesia e a política costumam travar entre si.
 - II. Na estrofe citada de Ferreira Gullar, a ideia de *traduzir uma parte / na outra parte* é levantada para exprimir a impossibilidade de superação do impasse de que está tratando.
 - III. No terceiro parágrafo, considera-se que a *hipótese provocadora* é levantada de modo a sugerir uma pergunta retórica, ou seja, uma questão cuja resposta já está implícita.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Estas duas expressões traduzem, no contexto, um mesmo fenômeno, equivalendo-se quanto ao sentido:
- (A) *uma divisão muito presente e atuação de um convicto socialista* (1º parágrafo)
 - (B) *nas quais nos dividimos e paixões mais íntimas* (1º parágrafo)
 - (C) *uma questão de vida ou morte e traduzir uma parte* (estrofe de Gullar)
 - (D) *interação de ambas e esse tipo de integração* (3º parágrafo)
 - (E) *nossa subjetividade e vencer a parcialidade* (3º parágrafo)

4. Os seguintes fatos, referidos no texto, travam entre si uma relação de causa e efeito:
- (A) ser poeta e militante político / confronto entre subjetividade e atuação social
 - (B) ser poeta e militante político / divisão permanente em cada um de nós
 - (C) ser movido pelas paixões / esposar teses socialistas
 - (D) fazer arte / obliterar uma questão de vida ou morte
 - (E) participar ativamente da política / formular hipóteses com ar de convicção

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *aborda o tema de uma divisão* (1º parágrafo) = confina o assunto dividido
 - (B) *costuma-se ver como antagônicas* (1º parágrafo) = é comum dar como incompatíveis
 - (C) *atendimento de um interesse pessoal* (1º parágrafo) = prontidão para o desejo íntimo
 - (D) *levanta a possibilidade* (3º parágrafo) = alça-se à probabilidade
 - (E) *vencer a parcialidade* (3º parágrafo) = superar a traduzibilidade



6. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O poeta Ferreira Gullar, sendo inclusive um militante político, deixou em seu poema a convicção de que a hipótese da arte vencer tais divisões é verdadeira.
- (B) O poeta Ferreira Gullar, também um militante político, considerou a hipótese de que a arte concilie os antagonismos que frequentemente vivenciamos.
- (C) As contradições pessoais e sociais, que o poeta e militante Ferreira Gullar instaura, são comuns também em nós que as abrigamos via de regra.
- (D) Por sermos intimamente antagônicos, prova-nos o poeta e militante político Ferreira Gullar que se traduz o que há de inconciliável na arte de sermos nós mesmos.
- (E) Militante político e poeta, Ferreira Gullar expõe que a tradução de uma parte é possível na outra, desde que se espelhem conforme o critério de serem traduzidas.

7. A concordância verbal NÃO se estabeleceu corretamente na frase:
- (A) Em vários outros poemas de Gullar ocorrem, a exemplo desses versos, a expressão das partes em que o poeta se vê sofridamente dividido.
- (B) Imputam-se a um poeta os limites da pura subjetividade, desconsiderando-se seu esforço em objetivá-los nas palavras que busca para compor o poema.
- (C) Nem sempre é fácil conciliar uma parte com a outra, harmonizá-las, fazê-las convergir e superar o antagonismo que parecia marcá-las em definitivo.
- (D) A força das paixões mais íntimas e o dever da atuação social podem surgir como partes contraditórias, que nos dividem dramaticamente.
- (E) A ideia de tradução a que aludem os versos de Gullar corresponde ao legítimo sentido de participação, em que as partes se refletem positivamente uma na outra.

8. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *O poeta teria aberto um diálogo entre as duas partes*, a forma verbal resultante será:
- (A) fora aberto.
- (B) abriria.
- (C) teria sido aberto.
- (D) teriam sido abertas.
- (E) foi aberto.

Atenção: As questões de números 9 a 14 referem-se ao texto seguinte.

Dos diversos sistemas de legislação

Se se procura saber em que consiste, precisamente, o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, ver-se-á que se reduz a estas duas metas principais: a liberdade e a igualdade.

Já tive ocasião de dizer em que consiste a liberdade civil: exercício pleno dos direitos regulamentados pela legislação. A respeito da igualdade (que é condição para a liberdade), não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos: quanto ao poder, que esteja acima de toda violência e não se exerça jamais senão em virtude das leis. Quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se.

Essa igualdade, dizem, é uma quimera especulativa, que não pode existir na prática; contudo, se o abuso é inevitável, segue-se que não se deve ao menos regulamentá-lo? É precisamente porque a força das coisas tende sempre a destruir a igualdade que a força da legislação deve sempre tender a conservá-la.

(Adaptado de: Jean-Jacques Rousseau. **O contrato social**. São Paulo: Cultrix, 1975, p. 60)

9. Ao tratar da **igualdade** entre os homens, Rousseau julga que ela
- (A) não pode e não deve ser tomada como um valor absoluto, pois mais importante que ela é a liberdade pessoal.
- (B) deixará de ser um valor absoluto somente quando os homens a considerarem uma quimera especulativa.
- (C) deve ser regulamentada no âmbito das leis, para impor limites aos abusos do poder e da opulência.
- (D) não é alcançável senão quando os homens se mostram desejosos de refrear seus impulsos naturais.
- (E) será alcançada em plenitude somente quando a liberdade individual for restringida e controlada.

10. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *que se reduz a estas duas metas* (1º parágrafo) = que se deprecia em tais objetivos
- (B) *sejam absolutamente os mesmos* (2º parágrafo) = alcancem o mesmo valor absoluto
- (C) *nenhum cidadão seja assaz opulento* (2º parágrafo) = nenhum homem creia na riqueza
- (D) *constrangido a vender-se* (2º parágrafo) = obrigado a ser venal
- (E) *uma quimera especulativa* (3º parágrafo) = uma análise desesperançada

11. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, Rousseau identifica a liberdade e a igualdade não apenas como os maiores entre os bens humanos, mas como os alvos incontornáveis de todo sistema de legislação.
- II. No segundo parágrafo, Rousseau admite que o poder e a riqueza dos cidadãos sejam desiguais, mas considera que tal desigualdade não deva implicar indesejáveis extremos.
- III. No terceiro parágrafo, ao opor a força da legislação à força das coisas, Rousseau não pretende eliminar a segunda, mas propõe que ela seja regulamentada pela primeira.

Em relação ao texto está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

12. (...) se o abuso é inevitável, segue-se que não se deve ao menos regulamentá-lo?
- A frase acima ganha redação nova, correta e de sentido equivalente em:
- (A) fosse inevitável, o abuso nem por isso deveria ser regulamentado?
- (B) quando for inevitável, o que ocorre é que lhe faltará menos regulamentação?
- (C) sendo inevitável o abuso, decorre daí que deva ficar isento de regulamentação?
- (D) uma vez inevitável, será que o abuso se coloque acima de quem o regulamente?
- (E) só por ser inevitável, dispõe o abuso do dever que o faça regulamentar-se?



13. Os tempos e os modos verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) Se se procurasse saber em que consistisse o maior dos bens, ver-se-á que se reduza a apenas duas metas.
 - (B) Em outra ocasião, como sabem, já busquei definir essa liberdade sobre a qual desejo agora me estender.
 - (C) Não fosse ela uma condição para que viéssemos a exercitar a liberdade, terá sentido ignorar a igualdade?
 - (D) Se os cidadãos forem excessivamente opulentos ou poderosos, decorreriam daí graves distorções e desigualdades.
 - (E) Uma vez que venha a ser destrutiva, a força das coisas terá merecido sofrer algum processo de regulamentação.

14. A pontuação encontra-se inteiramente adequada na frase:
- (A) Moralista que era, Rousseau considerava entre outras coisas, que a principal condição, para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica ou política e sim: psicológica e moral; com isso retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.
 - (B) Moralista que era Rousseau, considerava entre outras coisas, que, a principal condição para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica, ou política, e sim psicológica e moral, com isso retornava à tese do cidadão virtuoso defendida em obras anteriores.
 - (C) Moralista que era, Rousseau considerava, entre outras coisas: que a principal condição, para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica ou política e sim, psicológica e moral; com isso retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.
 - (D) Moralista que era Rousseau, considerava entre outras coisas: que a principal condição para a existência de um Estado legítimo não era de ordem econômica ou política, e sim psicológica e moral; com isso, retornava à tese do cidadão virtuoso defendida, em obras anteriores.
 - (E) Moralista que era, Rousseau considerava, entre outras coisas, que a principal condição para a existência de um Estado legítimo não era de ordem econômica ou política, e sim psicológica e moral; com isso, retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.

Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Entre culturas

Na ocasião de sua morte, alguns anos atrás, o antropólogo Claude Lévi-Strauss foi exaltado como um campeão do relativismo cultural. Ele decerto dedicou a vida à demonstração de que nenhuma cultura é superior a outra, já que nenhuma pode ser considerada sob critérios que não os seus próprios. Se uma dada cultura nos parece "rudimentar" ou "primitiva", é porque somos ignorantes para atinar com sua complexidade, discernir o que é valioso para os que estão imersos nela e perceber que o "pensamento selvagem" não apenas funciona de maneira análoga ao pensamento científico como chega, por vezes, às mesmas conclusões.

Lévi-Strauss expandiu como ninguém a simpatia compreensiva para com as sociedades "primitivas", que desde então incorporaram as aspás para sempre. Essas sociedades simplesmente escolheram, na concepção do antropólogo, recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico que nos arrasta de modo desenfreado até hoje. Devido a uma sabedoria particular, elas teriam impedido a história de irromper em seu seio e decidido, há muito tempo, perseverar em seu ser, afirmar-se nos valores que lhes eram próprios.

(Adaptado de: Otavio Frias Filho. "Crepúsculo estruturalista". Revista **Piauí**, n. 50, nov. 2010, p. 58)

15. O seguinte segmento faz compreender o que se **define** concisamente, no contexto, como *relativismo cultural*:
- (A) *uma dada cultura nos parece "rudimentar" ou "primitiva"*
 - (B) *demonstração de que nenhuma cultura é superior a outra*
 - (C) *recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico*
 - (D) *nos arrasta de modo desenfreado até hoje*
 - (E) *teriam impedido a história de irromper em seu seio*

16. *Essas sociedades simplesmente escolheram (...) recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico que nos arrasta de modo desenfreado até hoje.*

Do trecho acima deve-se deduzir que, para Lévi-Strauss,

- (A) os impasses a que se renderam os homens do período neolítico permanecem até hoje.
- (B) nossa única vantagem sobre as culturas primitivas está no desenvolvimento tecnológico.
- (C) as culturas ditas primitivas decidiram escolher a manutenção de seus valores próprios.
- (D) a revolução neolítica incorporou os valores até então considerados como primitivos.
- (E) o desenvolvimento e o atual estágio da tecnologia foram planejados no seio das culturas primitivas.

17. Por apresentar **falha estrutural** de construção, a seguinte frase deve ser **reelaborada**:

- (A) Ao afirmar que "primitivas" *incorporaram as aspás para sempre*, o autor do texto lembra que, a partir de Lévi-Strauss, tornou-se impróprio classificar qualquer cultura como primitiva.
- (B) Lévi-Strauss considerou imprópria a atribuição da qualidade de "primitivas" àquelas culturas, razão pela qual até hoje recorremos às aspás.
- (C) Poucos antropólogos empregarão a expressão **sociedades primitivas** sem recorrerem às aspás, que chamam a atenção para o que há de impróprio nessa qualificação.
- (D) Apesar do que sempre se considerou como **sociedades primitivas**, o emprego das aspás indica tal relativização de valores culturais a partir de Lévi-Strauss.
- (E) Além de outras funções, as aspás podem assumir, como no caso do presente texto, a de indicar que se está utilizando de modo impróprio o termo demarcado.

18. Está adequadamente empregado o elemento grifado na seguinte frase:

- (A) O respeito de que se cercou a posição do antropólogo Lévi-Strauss permanece vivo até hoje.
- (B) Não se deve julgar primitivos aqueles a quem não concordamos por defenderem diferentes pontos de vista.
- (C) O pensamento de Lévi-Strauss, de cujo é tributária a antropologia moderna, segue desafiando muitos paradigmas.
- (D) Impressiona a perseverança à qual antigas culturas se agarraram aos valores que lhes eram próprios.
- (E) Hoje é notória a impropriedade de certos conceitos, em cuja denúncia Lévi-Strauss foi o responsável.



| | |
|---|--|
| <p>19. Diante de antigas culturas, Lévi-Strauss defendeu o relativismo cultural, <u>definindo o relativismo cultural</u> como uma atitude de respeito para com as sociedades ditas primitivas, <u>considerando essas sociedades</u> resistentes às mudanças que <u>desfigurariam essas sociedades</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:</p> <p>(A) definindo-as - considerando-as - desfigurariam-nas (B) definindo-lhe - as considerando - lhes desfigurariam (C) definindo-o - considerando-lhes - as desfigurariam (D) o definindo - as considerando - desfigurariam-lhes (E) definindo-o - considerando-as - as desfigurariam</p> | <p>23. <i>O jornal que compramos todos os dias é, por assim dizer, uma fachada, não sabemos o que está por trás, que interesses levam a que uma vertente de um assunto seja mais desenvolvida e outras escamoteadas.</i></p> <p>(José Saramago)</p> <p>Essa consideração sobre o jornal encontra correspondência, essencialmente, numa convicção representada no seguinte provérbio:</p> <p>(A) A cavalo dado não se olham os dentes. (B) Quem vê cara não vê coração. (C) Os olhos são as janelas da alma. (D) Em terra de cegos quem tem um olho é rei. (E) Atirou no que viu, acertou no que não viu.</p> |
| <p>20. Todas as formas verbais encontram-se corretamente flexionadas e atendem às normas de concordância verbal em:</p> <p>(A) Se alguém ainda se dispuser a considerar como primitivas algumas culturas, atentará contra princípios da antropologia moderna, cujos ganhos fundamentais devem-se a Lévi-Strauss. (B) Aqueles que não se deterem, em nenhum momento, nos ensinamentos do grande antropólogo acabarão por cometer injustiças irreparáveis na apreciação de culturas do passado. (C) A nenhum dos chamados povos primitivos ocorreriam julgar com tamanha injustiça os valores de outras culturas que a eles se propusessem examinar. (D) É preciso que discernemos os valores próprios de cada cultura, sem o que cometer-se-ia injustiças, sobretudo contra uma opção histórica de povos do passado. (E) A princípio alguns estudiosos da antropologia não conviram em aceitar as teses de Lévi-Strauss, mas com o passar do tempo estas se impuseram a praticamente todos os pesquisadores.</p> | <p>24. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. O advogado solicitou ao juiz adiamento da sessão. II. Os motivos do advogado eram justos. III. O juiz denegou o pedido do advogado.</p> <p>As frases acima articulam-se com clareza, correção e coerência na seguinte redação:</p> <p>(A) Apesar de ter solicitado adiamento da sessão ao juiz, cujos motivos eram justos, o advogado viu seu pedido denegado. (B) O pedido de adiamento da sessão, mesmo com justos motivos solicitada ao juiz pelo advogado, ainda assim foi denegado. (C) Embora justos os motivos alegados, o pedido do advogado para que se adiasse a sessão foi denegado pelo juiz. (D) O adiamento da sessão, que com justos motivos foi solicitado ao juiz pelo advogado, teve seu pedido denegado. (E) O pedido de adiamento da sessão, que lhe fez o advogado, foi denegado pelo juiz, porquanto os motivos fossem justos.</p> |
| <p>21. A frase em que todos os termos estão corretamente grafados e empregados é:</p> <p>(A) Não quero que nada de mau lhe aconteça, nem que volte a ser assaltado por aquele insistente mal humor que o faz tão intolerante para com os amigos. (B) Ele ainda não conseguiu entender porque seu time do coração sofre tantos revezes num campeonato que teria chances reais de conquistar. (C) Ele vive as turras com a namorada, mas não consegue afastar-se dela, à despeito de estar convencido de que jamais alcançarão a paz. (D) Nos dias onde ele emerge na leitura dos romances policiais ninguém logra atrair sua atenção para longe do mundo de Miss Marple ou de Hercule Poirot. (E) Apanhado em flagrante delito, o acusado tentou justificar-se pretextando uma insanidade momentânea, mas ninguém na delegacia lhe deu ouvidos.</p> | <p>25. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Já que a vida é um moinho, como afirmou mestre Cartola, que bons ventos nos (soprar) esse moinho, com suas pás caprichosas. (B) Vejo-a em todas as vitrines, multiplicando-se em tantos rostos quantos (desejar) reconhecer meu olhar ansioso. (C) Disse um compositor baiano que é doce morrer no mar, fazendo com que nos versos de sua poesia se (representar) um sugestivo paradoxo. (D) Na época da bossa-nova, o mar, o barquinho e um violão compuseram um trinômio que (servir) a seus entusiastas como uma espécie de emblema. (E) Houve tempos em que muitos sambas exaltavam o Brasil, como se (faltar) a cada um de nós as devidas ênfases do sentimento nacionalista.</p> |
| <p>22. A supressão da vírgula altera o sentido da seguinte frase:</p> <p>(A) Na semana passada, os meninos da vizinhança organizaram a coleta de alimentos para os flagelados. (B) Parabéns aos meninos da vizinhança, que organizaram a coleta de alimentos para os flagelados. (C) Para assistir aos flagelados, os meninos da vizinhança organizaram a coleta de alimentos. (D) Num ato de generosidade, os meninos da vizinhança dispuseram-se a organizar a coleta de alimentos. (E) Os meninos da vizinhança passaram a organizar a coleta de alimentos, a pedido dos pais.</p> | |

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

26. Se Marcus é violonista, então Flávia é flautista. Se Flávia é flautista, então Carlos toca ao piano uma valsa. Se Carlos toca ao piano uma valsa, então Arlete é sanfoneira. Sabendo-se que Arlete não é sanfoneira, é correto concluir que
- (A) Carlos não toca ao piano uma valsa e Marcus não é violonista.
- (B) Flávia não é flautista e Carlos toca ao piano uma valsa.
- (C) Marcus não é violonista e Carlos toca ao piano uma valsa.
- (D) Flávia é flautista e Carlos toca ao piano uma valsa.
- (E) Marcus é violonista e Flávia é flautista.
-
27. Se João amava Teresa, então Lili é vizinha de Teresa. Lili não é vizinha de Teresa. Se João não é vizinho de Teresa, então João amava Teresa. Logo
- (A) João é vizinho de Lili e amava Teresa.
- (B) João amava Lili e amava Teresa.
- (C) João amava Teresa ou não é vizinho de Teresa.
- (D) João não amava Teresa ou não é vizinho de Lili.
- (E) João amava Teresa e não é vizinho de Lili.
-
28. Três irmãs caminham pelo parque de mãos dadas. Cada irmã traz uma fita amarrada ao cabelo, nas seguintes cores: verde, rosa e amarela. Elas usam vestidos destas mesmas três cores, mas somente Lúcia usa um vestido da mesma cor da fita presa no cabelo. Nem a fita nem o vestido de Sílvia são amarelos. Márcia usa um vestido verde. Deste modo,
- (A) a fita de Sílvia é verde e a de Lúcia é rosa.
- (B) a fita de Márcia é amarela e seu vestido é rosa.
- (C) a fita de Lúcia é rosa e o vestido de Márcia é verde.
- (D) o vestido de Sílvia é rosa e a fita de Lúcia é amarela.
- (E) o vestido de Lúcia é rosa e a fita de Márcia é verde.
-
29. Se é verdade que “algum X é Y” e que “nenhum Z é Y”, então é necessariamente verdadeiro que:
- (A) algum X não é Z.
- (B) algum X é Z.
- (C) nenhum X é Z.
- (D) algum Z é X.
- (E) nenhum Z é X.
-
30. Alice irá ao País das Maravilhas quando imaginar ou perder o medo. Se Alice perder o medo,
- (A) Alice não irá ao País das Maravilhas, pois não vai imaginar.
- (B) Alice irá ao País das Maravilhas.
- (C) Alice vai necessariamente imaginar.
- (D) Alice não irá, também, imaginar.
- (E) Alice não vai imaginar.
-
31. Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:
- “Algum pândego é trôpego.”
- “Todo pândego é nefelibata.”
- Deste modo, a assertiva necessariamente verdadeira é:
- (A) Todo pândego trôpego não é nefelibata.
- (B) Algum pândego trôpego não é nefelibata.
- (C) Algum pândego é nefelibata.
- (D) Todo pândego nefelibata é trôpego.
- (E) Algum pândego que não é trôpego não é nefelibata.
-
32. Há uma forma de raciocínio dedutivo chamado silogismo. Nesta espécie de raciocínio, será formalmente válido o argumento cuja conclusão é consequência que necessariamente deriva das premissas. Neste sentido, corresponde a um silogismo válido:
- (A) Premissa 1: Todo maceronte gosta de comer fubá.
Premissa 2: As selenitas gostam de fubá.
Conclusão: As selenitas são macerontes.
- (B) Premissa 1: Todo maceronte gosta de comer fubá.
Premissa 2: Todo maceronte tem asas.
Conclusão: Todos que têm asas gostam de comer fubá.
- (C) Premissa 1: Nenhum X é Y.
Premissa 2: Algum X é Z
Conclusão: Algum Z não é Y.
- (D) Premissa 1: Todo X é Y.
Premissa 2: Algum Z é Y.
Conclusão: Algum Z é X.
- (E) Premissa 1: Capitu é mortal.
Premissa 2: Nenhuma mulher é imortal.
Conclusão: Capitu é mulher.



33. A oposição é a espécie de inferência imediata pela qual é possível concluir uma proposição por meio de outra proposição dada, com a observância do princípio de não contradição. Neste sentido, que poderá inferir-se da verdade, falsidade ou indeterminação das proposições referidas na sequência abaixo se supusermos que a primeira é verdadeira? E se supusermos que a primeira é falsa?

1ª – Todos os comediantes que fazem sucesso são engraçados.

2ª – Nenhum comediante que faz sucesso é engraçado.

3ª – Alguns comediantes que fazem sucesso são engraçados.

4ª – Alguns comediantes que fazem sucesso não são engraçados.

(A) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é falsa e a 4ª é verdadeira. Se a 1ª é falsa, a 2ª é verdadeira, a 3ª e a 4ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas).

(B) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é falsa e a 4ª é verdadeira. Se a 1ª é falsa, a 2ª é verdadeira, a 3ª e a 4ª são verdadeiras.

(C) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é verdadeira, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª é falsa, a 3ª e a 4ª são falsas.

(D) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª é falsa, a 3ª e a 4ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas).

(E) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª e a 3ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas) e a 4ª é verdadeira.

34. Em uma feira, todas as barracas que vendem batata vendem tomate, mas nenhuma barraca que vende tomate vende espinafre. Todas as barracas que vendem cenoura vendem quiabo, e algumas que vendem quiabo, vendem espinafre. Como nenhuma barraca que vende quiabo vende tomate, e como nenhuma barraca que vende cenoura vende espinafre, então,

(A) todas as barracas que vendem quiabo vendem cenoura.

(B) pelo menos uma barraca que vende batata vende espinafre.

(C) todas as barracas que vendem quiabo vendem batata.

(D) pelo menos uma barraca que vende cenoura vende tomate.

(E) nenhuma barraca que vende cenoura vende batata.

35. Ao se admitir por verdadeira a declaração "Se Paulo é alto, então Gabriela não é alta", conclui-se, de maneira correta e necessária, que se

(A) Gabriela é alta, então Paulo não é alto.

(B) Gabriela é alta, então Paulo é alto.

(C) Gabriela não é alta, então Paulo não é alto.

(D) Gabriela não é alta, então Paulo é Gabriela.

(E) Paulo não é alto, então Gabriela é maior que Paulo.

Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero

36. Em relação à República Federativa do Brasil, considere:

I. É formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

II. Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

III. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.

IV. É um Estado soberano, democrático e organizado em Estados e Municípios que devem respeitar a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I e II.

(E) II, III e IV.

37. Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, inclui-se:

(A) Ser julgado pelo Tribunal do Júri nos casos de crimes de exceção.

(B) Ser preso somente por ordem da autoridade judiciária competente.

(C) O livre exercício, nos termos da lei, de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

(D) A propriedade da herança aos herdeiros do falecido.

(E) Receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.

38. Nos termos da Constituição do Estado da Bahia, é correto afirmar:

(A) É responsabilidade do Estado estabelecer política de combate e prevenção à violência contra a mulher negra, crianças, idosos e outros grupos socialmente vulneráveis.

(B) A sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira vítima do racismo como forma de exclusão social.

(C) O Estado da Bahia não pode manter relações internacionais com países que mantenham política oficial de discriminação racial.

(D) A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.

(E) É dever da sociedade baiana integrar os povos indígenas à sua cultura, não prejudicar o ecossistema das terras indígenas originárias e reconhecer as lideranças indicadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI.



39. Para fins do Estatuto da Igualdade Racial – Lei Federal nº 12.288/2010, desigualdade racial
- (A) é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (B) é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre negros e os demais segmentos sociais.
- (C) consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- (D) consiste na propaganda de ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas, de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais.
- (E) é toda distinção, exclusão ou restrição baseada na raça e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício da cidadania.
40. Nas contravenções penais resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, previstas na Lei Federal nº 7.437/1985, são penas prevalentes:
- (A) Multa e prestação de serviços comunitários.
- (B) Prisão especial e simples.
- (C) Prisão simples e multa.
- (D) Cesta básica e indenização à vítima.
- (E) Fiança e prisão domiciliar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Informática**

41. O seguinte trecho de texto foi editado no Microsoft Word:

O Microsoft Word foi criado por Richard Brodie para computadores IBM PC com o sistema operacional DOS em 1983.

Dentre as opções de efeito de texto disponibilizadas no Word, no trecho de texto está se utilizando o efeito

- (A) tachado.
- (B) sublinhado.
- (C) subscrito.
- (D) relevo.
- (E) destacado.
42. Considere a edição de um documento no aplicativo Microsoft Word e a seleção de um parágrafo utilizando o *mouse*. Após a seleção, as teclas Ctrl e X foram pressionadas simultaneamente. Como resultado,
- (A) a seleção de parágrafo passará para o próximo parágrafo.
- (B) a ação anterior ao pressionar das teclas será desfeita.
- (C) o parágrafo será formatado para justificado.
- (D) o texto do parágrafo será negrito.
- (E) o parágrafo será eliminado.

43. Para navegar na Internet é necessário utilizar algum dos diversos navegadores (*Browser*) disponíveis para os diferentes ambientes e dispositivos. Nesses navegadores, por padrão, os endereços dos *sites* visitados são automaticamente armazenados em uma lista denominada
- (A) Atuais.
- (B) Favoritos.
- (C) Histórico.
- (D) Preferenciais.
- (E) Habilitado.

44. O *site* de busca Google é um dos mais utilizados atualmente para a pesquisa na Internet devido à qualidade e à extensa base de informações disponibilizada. Nesse *site*, é possível filtrar a quantidade de resultados por meio de uma busca exata de uma frase. Assim, caso se deseje buscar os *sites* que mencionem a História Brasileira, deve-se digitar a frase no seguinte formato:
- (A) (História Brasileira)
- (B) "História Brasileira"
- (C) [História Brasileira]
- (D) 'História Brasileira'
- (E) História OU Brasileira

45. Atualmente, uma das formas mais difundidas de disseminação de vírus é por meio das mensagens de *e-mail*. A infecção do computador, nesse caso, pode ocorrer quando
- (A) a mensagem é recebida na caixa de entrada.
- (B) a mensagem é lida.
- (C) o anexo da mensagem de *e-mail* é copiado em uma pasta.
- (D) um *link* contido na mensagem de *e-mail* é acessado.
- (E) há o envio da confirmação do recebimento da mensagem.

46. A seguinte função foi inserida em uma célula de uma planilha do Microsoft Excel: =MÁXIMO(10;20;30). O resultado obtido nessa célula será
- (A) 3
- (B) 30
- (C) 60
- (D) 30;20;10
- (E) 10; 20; 30

47. O seguinte trecho de uma planilha foi elaborado no Microsoft Excel.

| | A | B |
|---|---|---|
| 1 | 2 | |
| 2 | 8 | |
| 3 | | |
| 4 | 1 | |
| 5 | 3 | |
| 6 | | |

Considere que na célula B5 seja inserida a expressão =CONT.NUM(A1:A5). O resultado obtido na célula B5 será

- (A) 4.
- (B) 18.
- (C) 5.
- (D) 10.
- (E) 2.
48. Quando há a necessidade de se fazer a impressão de uma apresentação elaborada com o Microsoft Power Point, há diferentes opções no que se refere ao Intervalo de Impressão. Uma dessas opções é
- (A) Último slide.
- (B) Slide atual.
- (C) Primeira metade.
- (D) Primeiro slide.
- (E) 4 Primeiros Slides.



| | |
|--|---|
| <p>49. Uma das formas de organizar e gerenciar informações é por meio da Gestão Eletrônica de Documentos (GED), que possibilita a realização de diversas atividades voltadas ao controle da documentação de uma empresa. Dentre as atividades ligadas à GED enquadra-se a</p> <p>(A) correção ortográfica de documentos. (B) inserção de comentários nos documentos. (C) digitalização de documentos. (D) tradução de documentos. (E) formatação de documentos.</p> | <p>54. Uma das características centrais do planejamento estratégico no mundo contemporâneo é</p> <p>(A) a crescente capacidade de previsibilidade baseada em técnicas estatísticas. (B) a maior liberdade de projetar cenários compatíveis com os objetivos dos líderes. (C) o foco cada vez mais exclusivo no fortalecimento da estrutura organizacional. (D) a maior competência das estratégias para reduzir significativamente a incerteza em relação ao ambiente de tarefa da organização. (E) a mudança do foco na previsão para o foco nas potencialidades da organização.</p> |
| <p>50. Um dos meios de diminuir o tamanho dos arquivos presentes em um computador é compactá-los. São programas cuja finalidade principal é executar essa função:</p> <p>(A) Paint e Microsoft Explorer. (B) Microsoft Access e AVG. (C) FoxPro e Dropbox. (D) Google Chrome e Safari. (E) Winzip e WinRAR.</p> | <p>55. Uma Administração de Recursos Humanos focada em estratégias defensivas deve</p> <p>(A) enfatizar mais o bem-estar dos seus colaboradores do que os interesses da organização. (B) desestimular a competitividade, focando a homogeneidade e a conformidade entre os colaboradores. (C) manter a adequação entre o desenho de cargos permanentes e o sistema de incentivos, por meio da seleção, colocação e treinamento rigorosos e de longo prazo. (D) estar focada no desenvolvimento de equipes inovadoras, por meio da busca incessante de novos talentos fora da organização. (E) estar orientada para resultados, focando mais as necessidades de pessoal do que as da estrutura organizacional.</p> |
| <p style="text-align: center;">Administração</p> <p>51. Em sistemas de direção contemporâneos, orientados pelo forte comprometimento dos colaboradores com trabalho em equipe, inovação e realização de metas coletivas, a comunicação é</p> <p>(A) secundária para a organização, com sentido vertical descendente. (B) importante para a organização, com sentido vertical ascendente. (C) central para a organização, com sentido multidirecional. (D) fundamental para a organização, com sentido horizontal unidirecional. (E) importante para a organização, com sentido horizontal bidirecional.</p> | <p>56. Dentre as atribuições básicas que diferenciam a Administração de Recursos Humanos contemporânea da tradicional destaca-se</p> <p>(A) a ênfase na preservação da cultura organizacional. (B) a crescente especialização das funções. (C) a ênfase nos objetivos e resultados. (D) o foco nos meios e procedimentos. (E) a visão prioritariamente voltada para o presente.</p> |
| <p>52. Na visão contemporânea da gestão de organizações por processos,</p> <p>(A) o foco são os processos, diretamente responsáveis pela satisfação do cliente-fornecedor. (B) subprocessos são tarefas tipicamente executadas por um departamento. (C) as decisões são tomadas pelas gerências diretamente responsáveis pelos processos. (D) o objetivo central é o redesenho de processos, estruturas organizacionais, sistemas de informação e valores da organização. (E) a prioridade é a racionalização de processos por meio da redução de níveis hierárquicos desnecessários.</p> | <p>57. Dentre os principais fatores motivacionais, numa organização contemporânea deve-se priorizar</p> <p>(A) as condições adequadas de trabalho. (B) o reconhecimento profissional. (C) os benefícios e serviços sociais generosos. (D) as relações amistosas com os supervisores. (E) a justa remuneração salarial.</p> |
| <p>53. Para que uma avaliação de desempenho proporcione benefícios para a organização, ela</p> <p>(A) deve levar em conta as impressões percebidas a respeito dos hábitos pessoais dos avaliados. (B) não deve cobrir apenas o desempenho do cargo ocupado, mas também a realização de metas e objetivos da organização. (C) não deve ser comunicada com antecedência ao avaliado, evitando que ele omita as impropriedades. (D) deve ser utilizada para controlar com mais eficácia o comportamento dos colaboradores. (E) deve ser vista como uma recompensa ou punição pelo desempenho passado.</p> | <p>58. Um bom indicador de capacidade de liderança em um dirigente de organização que valoriza a inovação e a qualidade é</p> <p>(A) exigir que os colaboradores façam aquilo que o líder quer. (B) permitir que a participação dos colaboradores definam as estratégias da organização. (C) negociar benefícios salariais em troca de disciplina e produtividade. (D) motivar as pessoas a fazerem aquilo que deve ser feito. (E) induzir as pessoas da organização a fazerem aquilo que elas não fariam espontaneamente.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>59. Uma organização que deseja desenvolver uma visão inovadora e dinâmica da sua missão, valoriza em seus colaboradores, sobretudo, a competência interpessoal orientada para</p> <p>(A) aplicar novas tecnologias, ferramentas e equipamentos em seus processos.</p> <p>(B) compreender os sistemas tecnológicos centrais para o desenvolvimento da organização.</p> <p>(C) obter, organizar e interpretar as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades da organização.</p> <p>(D) planejar e alocar recursos humanos e tecnológicos adequados às metas de modernização da organização.</p> <p>(E) trabalhar em equipe e compartilhar novos conhecimentos e habilidades.</p> | <p>65. Os Territórios serão representados no Congresso Nacional por</p> <p>(A) oito deputados e três senadores.</p> <p>(B) quatro deputados e três senadores.</p> <p>(C) cinco deputados.</p> <p>(D) oito deputados.</p> <p>(E) quatro deputados.</p> |
| <p>60. Quando uma organização cresce de forma acentuada, resultando na formação de grupos cada vez mais especializados, os conflitos decorrentes deste processo são explicados</p> <p>(A) pela crescente interdependência de atividades.</p> <p>(B) pelo compartilhamento de recursos organizacionais limitados.</p> <p>(C) pelo exercício arbitrário da liderança pessoal do dirigente principal.</p> <p>(D) pela inevitável ambiguidade de papéis entre pessoas e grupos.</p> <p>(E) pelo surgimento de objetivos organizacionais concorrentes.</p> | <p>66. São modalidades de fiscalização da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, previstas na Constituição Federal:</p> <p>(A) direta pelo próprio órgão e indireta pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(B) financeira e orçamentária, apenas.</p> <p>(C) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.</p> <p>(D) direta pelo próprio órgão, judicial e pelo Ministério Público.</p> <p>(E) orçamentária, financeira e patrimonial, apenas.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. O princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, aplica-se, conforme expressa disposição constitucional e em relação ao enunciado no art. 5º:</p> <p>(A) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.</p> <p>(B) aos brasileiros natos e naturalizados.</p> <p>(C) aos brasileiros natos.</p> <p>(D) aos brasileiros que estejam dentro ou fora do País.</p> <p>(E) indistintamente a todos os que estejam no território nacional.</p> | <p>67. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra</p> <p>(A) todos e efeito vinculante, apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta federal.</p> <p>(B) todos, mas sem efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>(C) todos e efeito vinculante, relativamente apenas aos demais órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>(D) todos e efeito vinculante, relativamente apenas aos órgãos da Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>(E) todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.</p> |
| <p>62. O princípio segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, denomina-se</p> <p>(A) da proteção à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito.</p> <p>(B) da exclusiva proteção de bens jurídicos.</p> <p>(C) da legalidade.</p> <p>(D) da inafastabilidade do controle jurisdicional.</p> <p>(E) da legitimidade popular.</p> | <p>68. São princípios institucionais do Ministério Público:</p> <p>(A) a vitaliciedade, a indivisibilidade e a autonomia funcional.</p> <p>(B) a pluralidade e a independência funcional.</p> <p>(C) a vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e independência funcional.</p> <p>(D) a indivisibilidade, a irredutibilidade de vencimentos e a pluralidade.</p> <p>(E) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.</p> |
| <p>63. O plebiscito</p> <p>(A) não sendo propriamente processo eleitoral não exige a obrigatoriedade do voto.</p> <p>(B) é uma das formas de expressão da soberania popular.</p> <p>(C) não tem previsão expressa na Constituição.</p> <p>(D) está limitado pela Constituição às hipóteses de desmembramento de Estados ou Municípios.</p> <p>(E) só pode ser realizado pela União.</p> | <p>69. As taxas, como modalidade tributária, segundo a Constituição Federal, são cabíveis</p> <p>(A) em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.</p> <p>(B) exclusivamente em razão do exercício do poder de polícia.</p> <p>(C) exclusivamente pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.</p> <p>(D) em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.</p> <p>(E) exclusivamente pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.</p> |
| <p>64. O direito de greve do servidor público</p> <p>(A) é amplo e ilimitado.</p> <p>(B) será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.</p> <p>(C) sujeita-se à mesma disciplina jurídica do trabalhador comum.</p> <p>(D) é absolutamente proibido pela Constituição Federal.</p> <p>(E) está limitado pela Constituição às atividades não essenciais.</p> | |



| | |
|--|---|
| <p>70. São fundamentos da ordem econômica na Constituição Federal:</p> <p>(A) a redução das desigualdades regionais e sociais e a função social da propriedade.</p> <p>(B) a função social da propriedade e a livre concorrência.</p> <p>(C) a defesa do consumidor e a propriedade privada.</p> <p>(D) a defesa do meio ambiente e a defesa do consumidor.</p> <p>(E) a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.</p> | <p>74. Em 2002 entrou em vigor a Lei federal nº 10.520 estabelecendo uma nova modalidade licitatória, própria para aquisição de bens e serviços ditos "comuns", aplicável não somente no âmbito da União, mas também a Estados e Municípios. De acordo com esta lei,</p> <p>(A) entende-se por bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital e cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).</p> <p>(B) os documentos de habilitação são apreciados depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, sendo analisados somente os documentos do licitante que tiver apresentado a melhor proposta.</p> <p>(C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado, como regra, o critério da melhor técnica, observados os prazos máximos para fornecimento e o valor médio de mercado para bens ou serviços similares ao licitado.</p> <p>(D) o prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso de convocação dos interessados, não será inferior a 15 dias úteis.</p> <p>(E) aquele que apresentar documentação falsa exigida para o certame ou executar o contrato de forma fraudulenta incorre em crime de responsabilidade, além de ficar impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 8 anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>71. Quanto às formas de provimento de cargo público previstas na Lei estadual nº 6.677/94, é correto afirmar:</p> <p>(A) A nomeação para funções de direção, chefia ou assessoramento dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.</p> <p>(B) É possível a reversão do aposentado por invalidez, caso os motivos determinantes da sua aposentadoria tenham sido declarados insubsistentes por junta médica oficial.</p> <p>(C) Recondição é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado, quando invalidada sua demissão por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(D) Reintegração é o retorno do servidor estável, sem direito à indenização, ao cargo anteriormente ocupado, dentro da mesma carreira, em decorrência de recondução do anterior ocupante.</p> <p>(E) Aproveitamento é o cometimento ao servidor de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, comprovada por junta médica oficial, garantida a remuneração do cargo de que é titular.</p> | <p>75. De acordo com a Lei federal nº 8.666/93 e a Lei estadual nº 9.433/05, quanto à participação consorciada de pessoas jurídicas em licitação, é correto afirmar:</p> <p>(A) As empresas consorciadas vencedoras da licitação deverão promover a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial do Estado competente, como condição para celebração do contrato.</p> <p>(B) O consorciado poderá competir na mesma licitação isoladamente, mas não por meio de outro consórcio.</p> <p>(C) A Administração não poderá estabelecer acréscimo de valor para os licitantes consorciados, em comparação com os licitantes individuais, nas licitações em que participam, sob pena de violação do princípio licitatório da igualdade.</p> <p>(D) A empresa que atender às condições de liderança do consórcio, responderá pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato, tendo as demais empresas consorciadas responsabilidade subsidiária.</p> <p>(E) A modalidade licitatória a ser adotada pela Administração pública quando admitida a participação de empresas em consórcio, deverá ser a concorrência.</p> |
| <p>72. No que se refere à invalidação, à revogação, e à convalidação de atos administrativos e conforme estabelece a Lei estadual nº 12.209/2011,</p> <p>(A) os atos administrativos ilegais poderão ser invalidados a qualquer tempo, ainda que deles decorram efeitos favoráveis ao administrado, pois tratam de matérias de ordem pública.</p> <p>(B) os atos que apresentarem defeitos sanáveis deverão ser convalidados pela via judicial, desde que não acarretem lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros.</p> <p>(C) na hipótese de comprovada má-fé do administrado, a Administração deverá invalidar o ato ilegal desde que no prazo de 5 anos, e poderá adotar medidas para o ressarcimento ao erário, se for o caso.</p> <p>(D) é dispensada a indicação expressa dos motivos de conveniência ou oportunidade na hipótese de revogação de ato administrativo discricionário.</p> <p>(E) um ato administrativo cuja legalidade tenha sido objeto de impugnação perante a Administração não poderá ser convalidado.</p> | <p>76. Na história do Direito Administrativo, a noção de serviço público sofreu sensíveis transformações. No que se refere aos serviços públicos no Direito Administrativo brasileiro, é correto afirmar que</p> <p>(A) uma atividade que exija cobrança de tarifa, e não de taxa, não mais se coaduna com a noção de serviço público.</p> <p>(B) o serviço postal, consoante jurisprudência recente do STF, não é propriamente serviço público, mas atividade econômica em sentido estrito, exercida pela União (ECT) sob regime de monopólio.</p> <p>(C) houve mudanças no seu aspecto subjetivo admitindo-se a prestação indireta, não obstante o Poder Público permaneça com a sua titularidade.</p> <p>(D) atividades que importem prestações específicas apenas para determinados indivíduos fogem do perfil moderno de serviço público.</p> <p>(E) o exercício do direito de greve por servidores públicos vê-se plenamente obstado atualmente, em razão da inexistência de lei específica sobre o tema e da necessidade de se garantir o funcionamento contínuo do serviço público.</p> |
| <p>73. Consoante a Lei Complementar estadual nº 34/09, NÃO compete à Procuradoria Geral do Estado da Bahia</p> <p>(A) responder consultas formuladas pelo Tribunal de Justiça, pela Assembleia Legislativa, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública envolvendo matéria de interesse do Estado.</p> <p>(B) reconhecer, de ofício, a prescrição administrativa em matéria tributária.</p> <p>(C) receber reclamações e denúncias contra atos de corrupção ou improbidade, praticados no âmbito da Administração pública estadual.</p> <p>(D) propor às autoridades a revogação dos atos administrativos reputados ilegais.</p> <p>(E) opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais.</p> | |



| | |
|--|--|
| <p>77. No que se refere à organização administrativa, é correto afirmar:</p> <p>(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, não obstante sua instituição seja autorizada por lei específica.</p> <p>(B) É possível a exploração estatal de atividade econômica, desde que necessária à ordem nacional ou relevante ao interesse coletivo e realizada por meio de suas autarquias, fundações, agências executivas ou empresas públicas.</p> <p>(C) Diante do relevante interesse coletivo que fundamenta a exploração de atividade econômica por entidades da Administração indireta, admite-se a concessão a estas de privilégios fiscais não extensivos às entidades do setor privado, desde que devidamente fundamentado o ato concessivo.</p> <p>(D) As entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica sujeitam-se a regime jurídico misto, incidindo tanto normas próprias do direito público (como o dever de licitar, o regime estatutário de seus empregados e a imunidade tributária), quanto normas próprias do direito privado (como sujeição à falência e obrigações civis e comerciais).</p> <p>(E) A prestação de serviços públicos pelo Estado incumbe às empresas públicas, na forma da lei, enquanto que a exploração de atividade econômica ficará a cargo apenas das sociedades de economia mista.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>81. São leis que compõem o orçamento:</p> <p>(A) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.</p> <p>(B) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Mensal.</p> <p>(C) o Plano Plurisemestral, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.</p> <p>(D) o Plano Plurisemestral, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Mensal.</p> <p>(E) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Semestral.</p> <hr/> <p>82. É espécie de princípio orçamentário:</p> <p>(A) não confisco.</p> <p>(B) uniformidade geográfica.</p> <p>(C) isonomia.</p> <p>(D) exclusividade.</p> <p>(E) anterioridade.</p> <hr/> |
| <p>78. São direitos previstos constitucionalmente aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo:</p> <p>(A) dispensa <i>ad nutum</i>, vitaliciedade, direito de greve e licença-paternidade.</p> <p>(B) sindicalização, direito de greve, décimo terceiro salário e licença-paternidade.</p> <p>(C) dispensa <i>ad nutum</i>, vitaliciedade, sindicalização e licença à gestante.</p> <p>(D) estabilidade, sindicalização, licença-prêmio e décimo terceiro salário.</p> <p>(E) vitaliciedade, sindicalização, férias e licença à gestante.</p> | <p>83. Sujeita-se à fiscalização orçamentária:</p> <p>(A) apenas a pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos, não se aplicando tal regra à pessoa jurídica.</p> <p>(B) apenas a pessoa jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, não se aplicando tal regra à pessoa física.</p> <p>(C) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(D) apenas a pessoa jurídica pública que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, não se aplicando à de natureza privada.</p> <p>(E) qualquer pessoa física ou jurídica pública que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, não se aplicando à de natureza privada.</p> <hr/> |
| <p>79. No direito brasileiro, a parceria público-privada</p> <p>(A) tem caráter contratual, podendo ser formalizada como concessão comum, administrativa ou patrocinada, ou ainda como consórcio ou associação pública.</p> <p>(B) dispensa formalização contratual, se houver lei específica que lhe autorize expressamente a outorga do serviço público.</p> <p>(C) constitui contrato de concessão, podendo ser na modalidade administrativa ou patrocinada.</p> <p>(D) é contrato de consórcio ou de associação entre empresas privadas e o Estado, com vistas à prestação de um serviço público de qualidade ou à realização de uma obra pública considerada de grande vulto.</p> <p>(E) é exemplo de descentralização administrativa, integrando a Administração pública indireta.</p> | <p>84. No controle externo do orçamento, nos termos da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas</p> <p>(A) estabelecer multa proporcional ao dano causado ao erário, devida pelos responsáveis em caso de ilegalidade de despesa.</p> <p>(B) oficiar ao Ministério Público para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo convênio.</p> <p>(C) julgar as contas do chefe do poder executivo e dos demais poderes.</p> <p>(D) julgar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, inclusive nomeações para cargo de provimento em comissão.</p> <p>(E) oficiar ao Ministério Público para que este suste a execução de ato ilegal não sanado.</p> <hr/> |
| <p>80. NÃO constitui aspecto fundamental do regime jurídico dos contratos administrativos clássicos</p> <p>(A) a adoção das chamadas <i>cláusulas exorbitantes</i>.</p> <p>(B) o exercício de prerrogativas pela Administração pública, enquanto parte.</p> <p>(C) a garantia de equilíbrio econômico-financeiro ao particular contratado.</p> <p>(D) direito do contratado de invocar a exceção do contrato não cumprido quando houver qualquer inadimplência da administração.</p> <p>(E) a ocupação provisória de bens e serviços vinculados ao objeto do contrato, a título de cautela para apuração administrativa de faltas contratuais nos casos de serviços essenciais.</p> | |



85. Na execução do orçamento público, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição recebe o nome de
- (A) dotação orçamentária.
 - (B) liquidação.
 - (C) ordem de pagamento.
 - (D) resto a pagar.
 - (E) empenho.
-
86. Sobre créditos extraordinários, é correto afirmar:
- (A) só podem ser abertos por lei, desde que a mesma tenha vigência temporária.
 - (B) só se justificam para cobrir despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
 - (C) tem cabimento a abertura destes créditos em qualquer situação que justifique a realização da despesa e não tenha havido dotação orçamentária específica.
 - (D) podem ter vigência superior ao exercício financeiro em que foram abertos, independentemente de qualquer autorização legal, vigendo enquanto durar a causa do crédito.
 - (E) dependem necessariamente da criação de receita vinculada, como o imposto residual de competência da União e o empréstimo compulsório.
-
87. É função da Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (A) estabelecer as metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (B) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (C) fixar o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - (D) não conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - (E) conter o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
-
88. Segundo legislação específica, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente que decorra
- (A) apenas de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (B) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período não superior a dois exercícios.
 - (C) apenas de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a dois exercícios.
 - (D) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a, pelo menos, três exercícios.
 - (E) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
-
89. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal não poderá exceder ao percentual discriminado para a União de
- (A) 60%, da receita corrente líquida, em cada período de apuração.
 - (B) 50%, da receita de capital corrente, no período de vigência do plano plurianual.
 - (C) 50%, da receita corrente líquida, em cada período de apuração.
 - (D) 50%, da receita de capital líquida, no período de vigência do plano plurianual.
 - (E) 60%, da receita líquida, em cada período de apuração, na vigência do plano plurianual.



90. A Lei federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 como lei
- (A) complementar, sendo, portanto, formalmente ordinária e materialmente complementar.
 - (B) ordinária, sendo, portanto formalmente complementar e materialmente ordinária.
 - (C) complementar, sendo, portanto, formalmente delegada e materialmente complementar.
 - (D) complementar, sendo, portanto, formalmente ordinária e materialmente complementar.
 - (E) delegada, sendo, portanto, formalmente complementar e materialmente delegada.

Contabilidade Pública

91. O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16, abrange
- (A) todas as entidades do setor público.
 - (B) as organizações da sociedade civil de interesse público.
 - (C) todos os órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, exceto as empresas estatais dependentes.
 - (D) as fundações privadas sem fins lucrativos.
 - (E) as autarquias, parcialmente, e as empresas de economia mista, integralmente.

Instruções: Para responder às questões de números 92 a 94, considere o regime contábil adotado nos termos do artigo 35 da Lei federal nº 4.320/64 e os dados abaixo, sob o aspecto orçamentário.

Determinado Município da região central do Brasil realizou no período de **janeiro a agosto de 2013** as seguintes operações:

| | |
|---|---------------|
| Recebimento de IPTU inscrito em dívida ativa em 2012 | R\$ 90.000,00 |
| Pagamento de despesa do exercício de 2012, inscrita em restos a pagar | R\$ 60.000,00 |
| Inscrição de ISS, vencido em 2012, em dívida ativa | R\$ 20.000,00 |
| Pagamento de despesas empenhadas em 2013..... | R\$ 10.000,00 |
| Recebimento de receita de alienação de bens imóveis | R\$ 50.000,00 |
| Despesas empenhadas e liquidadas em 2013, ainda não pagas | R\$ 30.000,00 |
| Recebimento em doação de dois computadores..... | R\$ 5.000,00 |
| Incorporação de dívidas passivas | R\$ 15.000,00 |

92. As receitas correntes realizadas no período citado totalizaram, em reais,
- (A) 5.000,00.
 - (B) 110.000,00
 - (C) 50.000,00
 - (D) 90.000,00
 - (E) 145.000,00

93. As despesas realizadas no período citado, considerando o regime contábil de competência, somaram, em reais,
- (A) 10.000,00
 - (B) 30.000,00
 - (C) 40.000,00
 - (D) 55.000,00
 - (E) 115.000,00

94. As receitas realizadas no referido período, considerando o regime contábil de caixa, totalizaram, em reais,
- (A) 50.000,00
 - (B) 75.000,00
 - (C) 140.000,00
 - (D) 145.000,00
 - (E) 160.000,00



95. O exercício financeiro, período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas aprovadas na Lei Orçamentária Anual irão se referir, atende ao princípio orçamentário da
- (A) unidade.
 (B) transparência.
 (C) universalidade.
 (D) temporalidade.
 (E) anualidade.
-
96. Os subsistemas contábeis, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, organizados de forma que possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. O subsistema de informação patrimonial registra, processa e evidencia
- (A) os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
 (B) os atos e os fatos relacionados aos ingressos e desembolsos financeiros, bem como o resultado orçamentário apurado no exercício.
 (C) os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
 (D) os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
 (E) as alterações ocorridas no patrimônio público resultantes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício.

Instruções: Para responder às questões de números 97 e 98, considere os dados abaixo e as demonstrações contábeis previstas na Lei federal nº 4.320/64.

| | |
|--|----------------|
| Receitas e despesas previstas | R\$ 130.000,00 |
| Receitas realizadas | R\$ 80.000,00 |
| Despesas realizadas (empenhadas) | R\$ 100.000,00 |

97. As receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas serão demonstradas
- (A) no balanço patrimonial.
 (B) no anexo de metas fiscais.
 (C) no balanço financeiro.
 (D) no balanço orçamentário.
 (E) na demonstração das variações patrimoniais.
-
98. No confronto entre receitas e despesas realizadas, bem como entre receitas e despesas previstas com as realizadas houve
- (A) superávit de execução orçamentária de R\$ 30.000,00.
 (B) déficit de execução orçamentária de R\$ 20.000,00.
 (C) insuficiência de arrecadação de R\$ 30.000,00.
 (D) economia orçamentária de R\$ 20.000,00.
 (E) déficit de previsão orçamentária de R\$ 30.000,00.

Instruções: Para responder às questões de números 99 e 100, considere a classificação das operações no Balanço Patrimonial, no âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

99. Determinado hospital público adquiriu duas ambulâncias pelo valor de R\$ 50.000,00. No Balanço Patrimonial, essa aquisição será classificada como
- (A) ativo circulante.
 (B) despesa de capital.
 (C) realizável longo prazo.
 (D) variação patrimonial diminutiva.
 (E) ativo não circulante.
-
100. Determinado Estado brasileiro realizou operações de créditos de longo prazo no valor de R\$ 80.000,00, junto ao Banco Caatinga do Sul S/A. Referidas operações no Balanço Patrimonial do ente público serão classificadas como
- (A) passivo circulante.
 (B) passivo não circulante.
 (C) dívida flutuante.
 (D) variação patrimonial aumentativa.
 (E) receita de capital.